

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.797, DE 2001 (Apenso o PL nº 4.347/01)

“Dispõe sobre a instalação de telefones públicos para pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeira de rodas.”

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado EDUARDO BARBOSA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.797, de 2001, do Senado Federal, determina que as empresas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado na modalidade local são obrigadas a disponibilizar quatro por cento dos telefones públicos adaptados para uso das pessoas portadoras de deficiência auditiva “e da fala” e por usuários de cadeiras de rodas.

Outrossim, dispõe que as listas de assinantes de serviço telefônico fixo comutado deverão assinalar com a sigla TPDA (Telefone Especial para Deficientes Auditivos) as linhas que atendam nessa modalidade, informando com destaque as instruções para o contato com a central intermediadora de ligações entre telefones comuns e especiais.

O Projeto de Lei nº 4.347, de 2001, do Deputado Paulo José Gouvêa, propõe alteração à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a manutenção de dez por cento dos telefones de uso público

adaptados para o acesso dos portadores de deficiência física que usam cadeira de rodas.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas aos Projetos.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Importante a proposta, no sentido de garantir a utilização de serviço telefônico por portadores de deficiência auditiva, contribuindo assim para o cumprimento da Lei nº 7.853, de 1989, quanto à integração social das pessoas portadoras de deficiência.

O Serviço Telefônico Fixo Comutado permite a transmissão por outros sinais que não a voz, podendo ser plenamente utilizado por portadores de deficiência auditiva ou pessoas que tenham dificuldades de comunicação verbal.

Essa modalidade de serviço telefônico está prevista na Lei das Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 1997) e regulamentada pelo Decreto 2.592, de 1998 (Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público), que no art. 10 dispõe o seguinte:

“Art. 10. A Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local deverá assegurar que, nas localidades onde o serviço estiver disponível, **pelo menos dois por cento** dos Telefones de Uso Público sejam **adaptados para uso por deficientes auditivos e da fala e para os que utilizam cadeira de rodas**, mediante solicitação dos interessados, observados os critérios estabelecidos na regulamentação inclusive quanto à sua localização.” (grifos nossos)

Diante disso, percebe-se que a intenção do Senado foi tornar o serviço obrigatório, independentemente de solicitação dos interessados,

e ampliar, de dois para quatro por cento, o número de telefones públicos disponibilizados para esse fim.

Além disso, complementa a norma constante da Lei das Telecomunicações, no tocante às listas de assinantes, para determinar que as listas assinalem com a sigla TPDA (Telefone Especial para Deficientes Auditivos) as linhas que ofereçam essa modalidade especial de telefonia.

Quanto ao Projeto de Lei nº 4.347, de 2001, entendemos que a postulação para a acessibilidade dos usuários de cadeira de rodas já está contemplada no primeiro Projeto que é mais abrangente.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.347, de 2001, e aprovação do Projeto de Lei nº 4.797, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado EDUARDO BARBOSA
Relator